

Missão de brasilidade: o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e a formação da identidade nacional*

Gabriele dos Anjos**

Doutora em Sociologia pela
Universidade Federal do Rio Grande do
Sul, Analista Pesquisadora em
Sociologia da Fundação de Economia e
Estatística (FEE)


Resumo

O texto apresenta os resultados de pesquisa sobre a atuação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para a formação da identidade nacional no período do Estado Novo (1937-45), no qual são recuperados os debates sobre raça travados pelas frações intelectuais das elites desde o final do século XIX. O IBGE tem um importante papel na nova conformação deste debate, difundindo um pensamento sobre o Brasil, suas “raças” e como essas concorrem para a formação da “nação”. É analisado o processo de institucionalização das concepções de raça que orientaram a captura e tratamento da informação racial no levantamento censitário de 1940, as implicações políticas dessas concepções e como ideias de nação e de estado estão conectadas às representações que os membros do IBGE, como parte da elite burocrática nacional, tinham de si mesmos e de sua *missão*.

Palavras-chave

Política de informação; IBGE; cor/raça

* Artigo recebido em jun. 2015 e aceito para publicação em dez. 2017.

 Este trabalho está licenciado sob uma Licença Creative Commons
Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

Open Acces (Acesso Aberto)

** E-mail: gabriele@fee.tche.br

Abstract

This paper presents some research results on the role of the Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, the Brazilian national agency responsible for taking and processing statistical data) for the formation of a national identity during the Estado Novo (1937-45), when is released the established discussion on race and nation carried by the intellectual elites since the late nineteenth century. The IBGE has an important role in shaping this debate, spreading a thought about Brazil and how the races contribute for the formation of the "nation". It is analyzed the process of institutionalization of race principles which guided the taking and the processing of racial information in 1940 census, the political implications of these principles and how these ideas are connected to IBGE members representations, as part of the national bureaucratic elites, of themselves and their mission.

Keywords

Information policy; IBGE ;color/race

Classificação JEL: I23, Z18

1 Introdução

Este texto apresenta os resultados de pesquisa sobre a atuação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para a formação da identidade nacional durante o período do Estado Novo (1937-1945). Esse é um período de intensificação do investimento estatal em dar a ver uma “nação” a ser governada (Loveman, 2014, Caulfield, 2000, p. 271; Stepan, 1999, p. 164), e em que se recupera de forma bastante peculiar o debate sobre a identidade nacional que vinha sendo travado entre as frações intelectuais das elites desde o final do século XIX. A raça, enquanto critério de classificação era — e permanece¹ — fundamental para pensar a nação, seu caráter e seu porvir, como mostram os trabalhos sobre as ideias de *branqueamento* e de *democracia racial* herdados desse debate (Skidmore, 1976; Marx, 1998; Loveman, 1999, 2007; 2009, Stepan, 1999). O IBGE tem um

¹ Ver, por exemplo, Bailey et al., 2013; Wood et al., 2010; Loveman et al., 2011.

importante papel em sua nova conformação, cristalizada ao longo do período do Estado Novo pela difusão de um tipo de pensamento sobre o Brasil e suas “raças”. Em primeiro lugar porque as pesquisas e levantamentos realizados por este aparato estatal permitem difundir junto à população localizada em um território as categorias classificatórias que são usadas pelas burocracias estatais no planejamento e na execução de políticas públicas (Zwart, 2005). Além disso, como produto da atividade especificamente estatal de produzir um conhecimento totalizante, as informações estatísticas oficiais conferem objetividade ao grupos e classes que apresentam (Bourdieu, 1994, p. 114) e contribuem para consolidar a unidade nacional (Loveman, 2009, p. 439; Anderson, 1991, p. 164).

O IBGE, fundado em 1936, é formado a partir da consorciação de aparatos estatísticos existentes no país com a função de produzir e difundir informações geográficas e estatísticas sobre o território e a população “brasileiros” (Senra, 2008). Tanto a produção de informações oficiais sobre “a população brasileira” quanto sua difusão obedece a escolhas por parte das elites políticas dominantes, e servem a propósitos políticos e sociais que variaram ao longo do tempo (Nobles, 2000, p. 1738). Assim, é possível falar em políticas de informação, ou empresas² de concepção, coleta e difusão de informações que visam efeitos sociais e políticos. Nesse caso, as elites burocráticas que compõem o IBGE têm parte ativa na produção desses efeitos, dentre os quais a distribuição diferenciada de recursos entre a população (Loveman, 2009). Ou seja, ao classificar a população brasileira segundo critérios raciais, o Instituto atende uma demanda que não é só político-governamental de produção de conhecimento respaldado por disciplinas reconhecidas como “científicas” para o bom funcionamento da administração estatal, mas também político-cultural de construção dos laços comuns da nação, de sua composição e mesmo das relações entre seus elementos. Portanto, para entender como o IBGE apresenta a população brasileira, é necessário levar em conta as definições e tomadas de posição quanto à questão racial de seus integrantes durante o período.

Neste ponto, é importante destacar que a atuação do IBGE, na verdade, diz respeito aos interesses dos membros das elites burocráticas que o presidiam e que eram, senão integrantes da elite política que tomou o poder em 1930, próximos a esta. No entanto, a atuação do IBGE também é resultado do amálgama dessa elite burocrática com as frações intelectuais das elites que participam do IBGE como “assessores” e “consultores técnicos”.

² A empresa é entendida aqui como “ação que persegue fins de determinada classe de modo contínuo” (Weber, 1996 [1922], p. 42).

Deve-se também levar em conta o lugar do IBGE como centro oficial de pesquisa no contexto de institucionalização das Ciências Sociais no país. Esse processo de institucionalização envolveu a criação das Universidades nos anos 30 em um projeto mais amplo de formação das elites dirigentes que promoveriam, informadas pelas Ciências Sociais, a modernização das instituições e da sociedade nacionais (Almeida, 1987, p. 41). Por outro lado, esse contexto permite às frações intelectuais das elites fazerem valer de forma mais clara seus “trunfos escolares e culturais” em relação ao período da República Velha, em que dependiam mais das redes de relações e das preocupações das classes dominantes (Miceli, 2001, p. 79). O IBGE e as universidades formam um mercado de trabalho no qual membros dessas frações intelectuais oferecem sua produção. Essa institucionalização fortemente marcada por preocupações políticas não permite a constituição de um campo autônomo das ciências sociais no Brasil (Almeida, 1987, p. 48), mas sim o trânsito entre atuação técnico-científica e política. Nesse contexto, o IBGE promove e difunde uma produção de interpretações sobre a população, sociedade, cultura e economia brasileiras daqueles mais ligados à política, ou de “homens de Estado”, e de assessores e consultores técnicos, os “teoristas”, ou “analistas”³ (que também poderiam ser professores de universidades) voltados à orientação do planejamento e ação estatal. Esse texto é uma primeira análise dessa produção.

Uma nota de caráter conceitual: a pesquisa se debruça sobre uma produção conformada pelas concepções do período sobre o trabalho intelectual: “conhecer” a “realidade nacional” e participar da atuação do Estado sobre a sociedade (Almeida, 1987; Pécaut, 1990). Por outro lado, evita-se apresentar uma definição substantiva de “intelectual” que ignoraria as especificidades da constituição dessa categoria (ou seja, os grupos e frações sócio-profissionais que poderiam ser identificados nela) em cada contexto histórico-político (Charle, 1995, p. 85-86) e também o quanto a definição de intelectual é dependente das representações que os intelectuais oferecem de si mesmos (Charle, *idem*; Miceli, 2001, p. 247). Assim, parece ser interessante considerar os responsáveis pela produção e difusão de interpretações do mundo social — que poderiam ser chamados de “produtores de bens simbólicos” — em suas relações com os diferentes grupos que com-

³ A classificação êmica do trabalho de “estatístico” no IBGE no período envolvia uma separação entre trabalho de chefia dos pesquisadores de campo e das funções de escritório, que seria atribuição dos estatísticos “elaboradores”, do trabalho dos “teoristas”, ou matemáticos “puramente estatísticos” e o dos “analistas”, que possuíam formação em diferentes áreas do conhecimento (Economia, Sociologia, etc.) (Rodrigues, 1946). A essa classificação sobrepõe-se outra, proposta pelo Presidente do IBGE no período: “estatígrafos”, voltados às “tarefas primárias”, “estatísticos e geógrafos” e “estatistas”, ou “homens de Estado”, que fundamentariam e orientariam a política construtiva dos governos (Aniversário, 1945).

põem as classes dominantes (conforme Bourdieu, 1992, p. 192), e, no caso brasileiro, em relação às elites atuantes no aparato estatal (conforme Pécaut, 1990).

A pesquisa detém-se no processo de institucionalização das concepções de raça que orientaram a captura e tratamento da informação racial até o levantamento censitário de 2000. O trabalho faz uso de diferentes fontes bibliográficas e documentais relativas à história do IBGE e também das publicações de seus integrantes no período, em especial nas Revista Brasileira de Geografia e Revista Brasileira de Estatística, ambas editadas pelo Instituto (a primeira desde 1939 e a segunda a partir de 1940). O texto está estruturado em três seções: na primeira é apresentado o debate intelectual sobre a questão racial e as condições a partir das quais ele está presente no IBGE. Nessa seção também é apresentada a análise das concepções que orientaram a formulação da pesquisa sobre raça no levantamento censitário realizado em 1940 e como o IBGE participa do trabalho de difusão de uma visão de nação racialmente formada. A seção seguinte apresenta a análise das implicações políticas dessa visão e na última seção é discutido como essas ideias de nação e de estado estão conectadas às representações que os integrantes do IBGE, como parte da elite burocrática nacional tinham de si e de sua *missão*.

2 Raça e nação no Censo de 1940

Até 1930 era corrente entre as elites sociais e políticas a ideia de que o povo brasileiro seria degenerado pela mistura racial, por conta do “sangue africano” (Borges, 1995, p. 63; 2005, p. 48; Blake, 2003). Essa ideia refletia as contradições do pensamento dessas elites, entre identificar-se com os padrões de progresso e civilização próprios às sociedades ocidentais, e conduzir uma população considerada inferior segundo esses mesmos padrões (Loveman, 1999, p. 913-914; Skidmore, 1976; Needell, 1999, p. 6; 1995, p. 14; Stepan, 1999, p. 137). Essa concepção e suas derivas animaram uma intensa produção intelectual de jornalistas, literatos, cientistas sociais, e também a prática e o pensamento médicos durante a Primeira República. Este oscilou entre a tentativa de regeneração da nação doente, através de campanhas sanitaristas (Needell, 2005, p. 55; Lima e Hochman, 1996; Stepan, 1999) e as chamadas à legalização do controle da natalidade como forma de suprimir os caracteres inaptos da população (Stepan, 1999)⁴.

⁴ Sobre as filiações e apropriações das correntes da genética de cada uma dessas tendências, ver Stepan, 1999, cap. 3. É preciso notar que os médicos oscilavam entre uma ten-

Uma das soluções pensadas a essa degeneração seria o *branqueamento*, ou seja, a suposição de que a entrada do *sangue branco* através da imigração europeia daria origem a uma população mestiça progressivamente mais clara, o que seria acompanhado da redução paulatina do contingente populacional negro por conta da “suposta taxa de natalidade mais baixa, a maior incidência de doenças, e a desorganização social” (Skidmore, 1976, p. 81; Needell, 1995, p.13). Esse “ideal”, que se consolida entre os anos 20 e 30 do século XX, começou a ser questionado por geneticistas de orientação mendeliana e cientistas sociais fortemente influenciados pela antropologia culturalista norte-americana que passaram a ver como positiva a mistura racial e as contribuições culturais das diferentes “raças” formadoras do “povo brasileiro” (Stepan, 1991). Essa ideia foi finalmente recuperada pelo Governo Vargas como forma de apresentar a constituição da Nação (Stepan, 1991, p. 164). Ou seja, se a mestiçagem sempre foi um problema para as elites que tentavam caracterizar o Brasil como nação civilizada cujo modelo era a Europa, o período do Estado Novo apresenta uma importante mudança no tratamento da questão: a identidade nacional estaria fundada justamente na fusão racial e cultural (Stepan, 1999, p. 164). O IBGE tem um papel primordial nessa inflexão, por ser um dos tantos veículos de uma ciência “oficial” sobre essa miscigenação, seu valor e seus efeitos sobre a formação do *povo brasileiro*.

O “ideal do branqueamento” está presente na introdução que o jurista e sociólogo Oliveira Vianna, um de seus principais expoentes (Needell, 1995, p. 13) elabora para o Censo de 1920 (Loveman, 2009; Camargo, 2008). Já o censo de 1940 representa uma espécie de ruptura com o anterior pois parece acompanhar o movimento intelectual de crítica à recepção dos valores europeus e de consagração de uma cultura nacional até então desprezada (Needell, 1999, p. 11; Borges, 2005). No entanto, o Censo de 1940 e os estudos feitos no IBGE a partir dele continuam a debater com as teses do *branqueamento* e do caráter nacional. Isso pode estar relacionado ao fato de que boa parte desses médicos e cientistas sociais, que no momento anterior à 1930 tomavam parte na vida política nacional, tomarão parte no Governo Vargas como funcionários do estado⁵. Alguns exemplos seriam Renato Kehl, médico fundador da Sociedade de Eugenia de São Paulo, defensor de posições quanto à miscigenação como introdutora de defeitos

dência e outra, como mostra Blake (2003) sobre as diferentes iniciativas de atuação de médicos sanitaristas na região Nordeste durante a Primeira República e como, a partir dessa atuação, se constituiu todo um pensamento sobre as causas do atraso da região e de suas péssimas condições sanitárias por conta da origem africana de seus habitantes.

⁵ A cooptação de intelectuais de diferentes tendências pelo Governo Vargas foi estudada por Sérgio Miceli, 2001.

na população (Caulfield, 2000, p. 273). Durante o Estado Novo, ele servirá em um comitê sobre imigração do Ministério do Trabalho juntamente com Roquette-Pinto, antropólogo mendeliano, diretor do Museu Nacional durante a Primeira República, ligado ao antropólogo culturalista Franz Boas e defensor da miscigenação. Belisário Penna, médico sanitário também membro da Sociedade de Eugenia de São Paulo foi nomeado diretor do Departamento de Saúde em 1930 (conforme Stepan, 1999, p. 163). Oliveira Vianna atuou como consultor jurídico do Ministério do Trabalho desde 1932, e em 1939 foi nomeado Ministro do Tribunal de Contas (Needell, 1995, p. 2). Especificamente no IBGE atuaram como *consultores técnicos* ou *assessores* Oliveira Vianna, como “assessor de estatística social” do Conselho Nacional de Estatística, Fernando de Azevedo, também membro da Sociedade de Eugenia de São Paulo, como “assessor de estatística cultural”, Edgar Roquette-Pinto, como “assessor de estatística antropológica” (Senra, 2008, p. 162-163). Gilberto Freyre, que em 1935 fora nomeado pelo Ministro da Educação professor extraordinário de sociologia na Faculdade de Direito do Recife e fundara na Universidade do Distrito Federal a cátedra de antropologia social (Freyre, 2001, p. 43) também se torna *consultor técnico* do IBGE (Freyre, 1942). À essa convivência e acomodação dos intelectuais das diferentes tendências parece corresponder a aparente elasticidade da forma pela qual o IBGE trata a questão da raça.

A preocupação com as categorias raciais é constante no IBGE desde suas origens⁶: no primeiro levantamento censitário, realizado em 1940, assim como no do Censo de 1920, realizado pela Diretoria Geral de Estatística (Camargo, 2008, p. 343-45; 2010, p. 250; Loveman, 2009) há a preocupação com a imprecisão das categorias utilizadas e com a resistência dos “mestiços” em declararem-se como tais (Loveman, 2009; 2014), o que em 1920 motivou a supressão da questão sobre raça. O levantamento censitário de 1940 traz novamente a indagação racial. No entanto, o critério de classificação muda, deslizando da origem, presente no Censo de 1890 com a categoria “mestiço”, para a categoria “cor”. Segundo o Gabinete Técnico do Serviço Nacional de Recenseamento — que deu origem ao setor de análise do IBGE — a categoria “cor” indicaria “não o caráter biológico de certos grupos étnicos”, mas tão somente “a presença de uma coloração [...] da tez”, (IBGE, 1950, p. 21). O levantamento censitário de 1940 deixa ao entrevistado a possibilidade de declarar ou não sua mestiçagem, pois prevê na coleta dos dados que no caso de não ser possível qualificar o entrevista-

⁶ Ver IBGE 1970; 2011; Costa, 1974, Oliveira, 2003; Schwartzmann, 1999; Petrucelli, 2000; 2002, 2013. Essa preocupação, atualmente se conecta com as necessidades da atual política racial (Rosemberg, 2004; Bailey e Peria, 2010) e mesmo com o intenso debate acadêmico sobre o assunto (ver Bailey e Telles, 2002; Muniz, 2012).

do como “preto”, “branco” ou “amarelo”, “lance-se um traço horizontal no lugar reservado para a resposta” (IBGE, 1950b, p. xxi). No tratamento dos dados coletados constituiu-se “um grupo genérico sob a designação de pardos, para os que registraram declarações outras como ‘caboclo’, ‘mulato’, ‘moreno’, etc. ou se limitaram ao lançamento do traço”⁷. Além disso, na maior parte das tabelas do Censo, a categoria “pardo” foi computada junto com as “sem declaração”, pois haveria um pequeno número destas e “a omissão das respostas traduziria, em muitos casos, uma reserva à declaração expressa da mestiçagem” (IBGE, 1950, p. xxi). Também foi deixado à interpretação dos entrevistados “os critérios conforme os quais deviam ser aplicadas as diversas qualificações da cor” (IBGE, 1950, p. 8). Esse procedimento de tradução da miríade de definições de “cor” para a categoria “pardo” foi adotado até o censo de 2000 (Camargo, 2010).

Um dos possíveis resultados dessa operação parece ser o aumento da proporção de brancos na população. Entre 1890 e 1940, enquanto a população total aumenta cerca de 187%, a população declarada branca aumenta cerca de 315%, passando de 43,97% da população para 63,47%. Enquanto isso, a população de declarados pretos cresce o mesmo que a população total, e mantém sua participação na composição da população. Já os que foram agrupados na categoria “pardo” têm um aumento de cerca de 47%, e diminuem sua participação de 41,40% para 21,20%, como se observa com o auxílio da tabela abaixo.

Tabela 1

População de fato na data dos recenseamentos de 1890 e 1940, segundo a cor/raça, no Brasil

COR/RAÇA	1890	1940
Branços	6.302.198	26.171.778
Pretos	2.097.426	6.035.869
Amarelos		242.320
Pardos	5.934.291	8.744.365
Cor não declarada		41.983
Total	14.333.915	41.236.315

FONTE: Camargo, 2008, p. 362.

Essa possível “perturbação”, que foi analisada detalhadamente pelo Gabinete Técnico (IBGE, 1950), pode estar relacionada a um aumento de declarações como “brancos” daqueles que, segundo o critério de origem, poderiam ter sido agrupadas como “pardos”. Também em outros estudos

⁷ A categoria “pardo” foi “herdada” do censo de 1872, correspondendo a termos correntes à época para caracterizar a população escravizada ou descendente de escravos (Osório, 2004, p. 104-105).

aparece a certeza dos integrantes do Gabinete Técnico de que os dados relativos à cor coletados pelo IBGE, e de forma geral existentes no país, seriam problemáticos. No entanto, eles não deixam de ser usados em análises que remetem ao debate sobre o “branqueamento” e à inadaptabilidade da população brasileira por conta de sua origem africana. Esses dados são usados para estudos sobre a mortalidade infantil (IBGE, 1945) e sobre a fecundidade e a prolicidade da mulher brasileira segundo a cor (IBGE, 1949). No trabalho sobre a mortalidade infantil o Gabinete Técnico especifica que “as taxas calculadas separadamente para os pardos e para os pretos não refletem a verdade, porque os critérios de declaração de cor são diversos no censo e no registro de óbitos, sendo neste qualificados pardos numerosos casos que no censo seriam qualificados de pretos” (Gabinete Técnico, 1945, p. 26). No entanto, esses estudos rechaçam as perspectivas que veem a raça como a causa da insalubridade no Brasil. Giorgio Mortara, membro da Comissão Censitária, demógrafo italiano de origem judia cuja carreira na Itália fora interrompida pelo fascismo e que posteriormente foi contratado como consultor técnico do IBGE, certamente sensível aos efeitos da racialização, ao debater uma conferência pronunciada por João Lyra Madeira, também membro dessa comissão, considera a respeito da mortalidade infantil que “o clima ou a raça” não devem ser invocados “como justificção da alta mortalidade de crianças nesse país, pois a ação desses fatores é muito secundária em comparação com outros que podem ser resumidos em duas palavras: miséria e ignorância” (Mortara, citado em Madeira, 1944, p. 380). Sobre a fecundidade das brasileiras, o estudo Gabinete Técnico considera que as taxas de fecundidade das mulheres pretas são inferiores às das pardas e brancas, mas “os fatores dessas diferenças [...] parecem ser antes de caráter social que de caráter étnico” (IBGE, 1949, p. 75).

A aparente liberalidade do Gabinete Técnico em assumir a miríade de decisões pessoais de declaração de cor e, logo, a possibilidade dos informantes “branquearem-se”, ao mesmo tempo que rechaça qualquer racialização dos “problemas nacionais” evidenciados pelo levantamento censitário contrastam com a sua posição original contrária à inclusão do quesito cor no levantamento censitário, por sua imprecisão. Mas sua inclusão “era fundamental para a propaganda do Brasil no estrangeiro”, segundo Lourival Fontes, também membro da Comissão Censitária e Diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda do Governo Vargas (conforme relatório da Comissão Censitária Nacional citado em Camargo, 2008: 360). Ou seja, nessa inclusão entrou em pauta a própria imagem da nação como racialmente indistinta, permitindo a equivalência de todos os critérios de declaração racial e a “burla” de uma possível “linha de cor”. Segundo o próprio Gabinete

Técnico⁸, a concepção da questão de cor procurou “manter-se fiel à tradição mais honrosa de moderna civilização brasileira, a de igualdade das raças” (IBGE, 1950, p. 8). Essa política parece incorporar as tomadas de posição de cientistas e políticos brasileiros como membros de uma nação “superior” no cenário internacional, contrapondo-se às teorias raciais correntes no mundo ocidental sobre a inferioridade de negros e mulatos e diante da marcada definição racial norte-americana (Stepan, 1991, p. 154 e 219; Marx, 1998, p. 164-165; Skidmore, 1976; Caulfield, 2000, p. 276-277).

Mesmo trazendo uma questão que classifica a população segundo um critério racial frouxo, a cor, o IBGE vai contribuir fortemente para fixar uma visão de nação racialmente formada – nesse sentido “a questão era mais política que técnica”, como considera G. Mortara. Esse critério serve às elites para pensar o povo brasileiro em uma época em que os estereótipos raciais extremamente negativos eram bastante presentes na sociedade (Stepan, 1991, p. 138). Essa classificação, mesmo que seja questionada em sua negatividade, continua a ser usada para pensar e hierarquizar as diferenças sociais no próprio IBGE⁹. É por isso que a difusão de uma classificação racial cristaliza uma imagem de sociedade bastante ligada, como se verá, à forma pela qual a elite política nacional concebia a população.

A presença do critério racial vai de par com a análise presente na Introdução do Censo de 1940, encomendada a Fernando de Azevedo como consultor técnico, professor de Sociologia da Universidade de São Paulo, “principal intelectual da educação e articulador do movimento da Escola Nova”, “amigo pessoal” do secretário-geral do IBGE Mario Augusto Teixeira de Freitas, e que fora originalmente nomeado para presidir a Comissão Censitária Nacional. Nessa introdução gigantesca — são mais de 500 páginas — intitulada “A cultura brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil”, Azevedo fixa uma visão de povo brasileiro dotado de território, história e caráter específicos.

Espécie de sociologia oficial, o trabalho precede em alguns anos o próprio censo na divulgação de uma imagem de Brasil. Publicado em inglês e espanhol, com “procura constante no país e no estrangeiro” (Azevedo,

⁸ O Gabinete Técnico apresenta uma análise de suas escolhas quando da concepção do Censo de 1940 em 1950, momento de forte rejeição dos organismos estatísticos mundiais à racialização e de adesão a um vocabulário culturalista (Loveman, 2014, p. 226); ainda assim, o relatório citado por Camargo corrobora essa análise.

⁹ Em um estudo do Laboratório de Estatística do IBGE sobre criminalidade no Distrito Federal, já dos anos 1950, são contrastados os crimes contra o patrimônio considerados “mais grosseiros”, em que a frequência de brancos é menor que a de pretos e pardos, com os crimes mais “refinados contra o patrimônio, que amiúde exigem certa instrução e habilidade intelectual para serem planejados e executados” — nestes “o grupo branco toma primeiro lugar” (IBGE, s.d., p. 9).

1958, p.13), esse texto mostra os mestiços que foram suprimidos no levantamento censitário: o mulato, o caboclo, o cafuzo, o mameluco. A coleta da informação racial apenas corrobora uma visão de Brasil já dada na obra de Azevedo em uma época que eram fracos a difusão e o consumo dos dados estatísticos por não especialistas (Senra, 2010, p. 220). O rigor na concepção e tratamento da informação são secundários diante de uma política de informação já fundada na recepção profundamente elitista das ciências sociais produzidas nos países desenvolvidos, e numa releitura de autores nacionais preocupados com a questão da “raça”.

Em linhas gerais, o texto de Azevedo rebate o determinismo racial e ou climático:

As grandes forças naturais, como o meio físico, o clima e a raça, modelam, de fato, profundamente um povo no momento em que sua alma é virgem ainda; (...). Mas, à medida que a civilização se desenvolve, as forças sociais pesam mais sobre o caráter das nações do que as forças naturais que tiveram um papel de importância primordial nas suas origens e na sua formação (Azevedo, 1958, p. 190).

No entanto, seu *leitmotiv* é a contribuição de “negros”, “brancos” e “índios” para a formação do povo brasileiro, em uma abordagem familiarmente “freyriana”:

as três raças branca, vermelha e negra, misturaram-se sobretudo nos primeiros séculos, em grande escala, dando lugar a uma notável variedade de tipos, resultantes do cruzamento de brancos com índios e negros, e, ainda que em menor escala, do silvícola brasileiro e do negro africano. Dessas três raças, porém, que, desde as origens, confluíram na formação das populações no Brasil, (...) a dos conquistadores brancos tornou-se um elemento fundamental (Azevedo, 1958, p. 58)

Embora inicialmente numericamente inferior, a raça branca assimila “progressivamente” numa “larga transfusão de sangue” as outras duas raças (Azevedo, 1958, p. 60). Sem mencionar os dados do Censo que introduz, e analisando dados a respeito da “constituição antropológica da nossa população” de 1835 a 1935, Azevedo demonstra que a proporção de “mestiços” e “negros” na população baixou para 40%, contra 60% de brancos (Azevedo, 1958, p. 66), o que vai ao encontro do que a forma de coleta de dados censitários em 1940 permite demonstrar.

O “caldeamento de raças” seria necessário à “evolução étnica” do povo brasileiro (Azevedo, 1958, p. 67) para que esse possa penetrar e ocupar o imenso território brasileiro. Nessa empresa, igualam-se como “o homem nacional” o cearense, o paraibano, os “sertanejos nortistas”, considerados “bravos e domadores”, “caboclos titânicos que (...) estão construindo um território”, “paulistas” “firmes e vigorosos” que “avançam pelos sertões, le-

vando a civilização nos limpa trilhos” (Azevedo, 1958, p. 69). De qualquer forma, é o homem branco que subsiste, estando fadados “negros e índios a desaparecer pelas diluições de sangue branco e pelo processo constante de seleção biológica e social, e desde que não seja estancada a imigração” (Azevedo, 1958, p. 70).

Essa racialização da população brasileira, em continuidade com o próprio pensamento de Oliveira Vianna, aparece através de um vocabulário culturalista que dá grande importância à caracterização dos tipos e sua história (Martínez-Echazábal, 1996; Loveman, 2014, p. 228). Assim como nos Estados Unidos, a introdução da questão racial no levantamento censitário tem consequências políticas (Anderson, 2003). Ela autoriza e consagra pensar a sociedade brasileira em termos raciais, mesmo que esse pensamento prime pela indistinção (Harris, 1964). Mas é justamente essa indistinção — permitida pela operação censitária e narrada como “caldeamento de raças” — que institui uma etnia brasileira com a preponderância branca (Marx, 1998, p. 163) conforme o pensamento de sua elite (Skidmore, 1976, p. 228). Da mesma forma, a coleta de dados que classifica a população pela cor e não pela origem racial está relacionada à ideia de um único povo, com várias “cores”. Essa concepção será difundida entre a população e perdurará nos levantamentos censitários seguintes (ver, por exemplo, IBGE, 1960), aparecendo de forma bastante clara nas publicações do IBGE no período.

3 O “povo” e a “nação” difundidos pelo IBGE

Mas há outros efeitos políticos dessa “culturalização da raça e racialização da cultura”. Há nela também uma leitura das hierarquias sociais ou sócioeconômicas próprias às correntes intelectuais dominantes durante o Estado Novo. O traço marcante dessa leitura é a “aversão ao conflito” (Borges, 2005, p. 62; Pécaut, 1990).

As três raças permitem apresentar uma leitura das hierarquias sociais e raciais: “na estratificação étnica e social, os africanos, os negros e, em geral, os próprios mestiços de origem africana, continuaram a colocar-se nas camadas sociais inferiores” (Azevedo, 1958, p. 60). Ou ainda: “será fácil avaliar a desproporção do núcleo negro em relação à raça branca dominante, e o enorme contingente trazido pelas levadas contínuas de escravos à mistura do povo, sobretudo nas mais baixas camadas sociais” (Azevedo, 1958, p. 62). Por outro lado, observa-se que é negado que as hierarquias sociais sejam vistas como “distâncias sociais”, ou como diferenças. De acordo com essa visão, os “preconceitos raciais” “nunca chegaram a estabelecer conflitos e oposições” (Azevedo, 1958, p. 60).

Haveria no brasileiro uma tendência para “dissolver” todas as hierarquias sociais “por conta da religião e da mestiçagem” (Azevedo, 1958, p. 197). Pierre Deffontaines, geógrafo francês professor da Universidade do Brasil, observa que a “gente das favelas” que é “humilde em grande quantidade, mais ou menos mestiça de negros e índios, espécie de caboclos urbanos”, sendo composta de “carregadores (...), jornaleiros (...)” “usufru[indo] de parques proventos”, “não constituem a malta desprezada, porque a vida brasileira não acentua as distâncias sociais, ela só as atenua (...) e o jornaleiro é tratado por ‘senhor’ tanto quanto os grandes fazendeiros”. Para ele, na população brasileira “os tipos mais primitivos andam lado a lado com os mais evoluídos” (Deffontaines, 1939, p. 31).

A mestiçagem, para além de emblema de igualitarismo racial em um plano simbólico (Loveman, 2014, p. 231-232), é emblema de um igualitarismo social. Ao situar na natureza biológica a “democratização social” brasileira, afasta-se a possibilidade de perceber “o brasileiro” como sujeito que constitui uma democracia enquanto sistema político racionalmente fundado. A democracia social ou sentimento democrático nada têm a ver com uma ordem racionalmente aceita a partir de uma história assumida de oposições entre grupos sociais. O que se nega com a biologização da democracia é o próprio fenômeno político, o que, segundo D. Pécaut (1990, p. 56) e B. Lamounier (1990, p. 366-368) seria parte do pensamento dominante entre os intelectuais que atuaram junto às instituições do Estado Novo.

Assim, são negados conflitos e contradições entre os grupos, e o Brasil é apresentado como uma platitude de harmonia social. Isso fica bastante claro na seção “Tipos e aspectos do Brasil” da Revista Brasileira de Geografia. Nessa seção, ao mesmo tempo em que se apresenta uma identidade nacional una e diversa pela apresentação das diferenças geográficas e caracteres da vida sócioeconômica isoladamente considerados, são fixados os lugares dos “tipos sociais”¹⁰.

Importante para essa biologização é a mitificação de um caráter nacional oriundo de uma cultura e uma história próprias. Nesse caráter predominam o “afetivo”, o “irracional”, o “místico” (Azevedo, 1958, p. 195), ou ainda

¹⁰ Para citar somente um exemplo, sobre o “vaqueiro do Rio Branco”: “Campeiros, peões, e de um modo geral todos os trabalhadores do Rio Branco, são denominados caboclos e possuem [...] sentimento cristão pronunciado além de intenso apego à família. Honestos, bons, prestativos, hospitaleiros, continuam realizando na clareira da mata amazônica, o milagre da humanização de uma paisagem situada a grande distância dos grandes focos da civilização nacional. A paisagem [...] quanto ao aspecto humano e político, é 100 % brasileira, de vez que as características de brasilidade apresentadas pelos humildes vaqueiros do Rio Branco, aliadas ao seu gênero de vida e seu regime de trabalho, são de molde a se poder afirmar que eles atuam no seu quadro geográfico, como se acaso estivessem cumprindo, exclusivamente por educação, o significativo lema da nacionalidade” (Vaqueiro do Rio Branco, Revista Brasileira de Estatística, 1942, p. 145).

a “bondade” (p. 198), “simplicidade primitiva” (p. 202), “desconfiança como reação de defesa” (p. 201), “imprevidência e dissipação” (p. 203), ou ainda “individualismo rude” (p. 207). Ou seja, é possível dizer, conforme Pécaut (1990, p. 55) que o caráter brasileiro está do lado da irracionalidade e do pré-político, o que torna o povo incapaz de assumir a construção da própria nação. Da mesma forma, o caráter nacional personalista e particularista não vê o Estado como criação consciente de indivíduos, mas como “uma providência que precede os indivíduos e a que se recorre como um sistema de amparo e proteção”. Também não é reconhecida a autoridade das instituições, mas a das “forças vivas, as personalidades que agem e têm em suas mãos as alavancas do comando” do Estado (Azevedo, 1958, p. 211). É essa visão de povo que justifica a atuação do Estado para organização da sociedade (Pécaut, 1990), para “produzir estrutura e diferenciação funcional numa sociedade percebida como amorfa, ameboide” (Lamounier, 1990, p. 362).

4 A concepção de trabalho e de “missão” no IBGE

É possível caracterizar, a partir dos trabalhos de Daniel Pécaut (1990) e Bolívar Lamounier (1990) sobre os intelectuais e o “pensamento autoritário” ou ainda a “cultura política” - o pensamento dos consultores técnicos e dirigentes do IBGE, como parte de um conjunto de representações sobre o papel do estado, sobre a sociedade brasileira e sobre a atuação dos dirigentes dessa sociedade que predominou entre as elites intelectuais e políticas do período. De acordo com esse pensamento, caberia a um estado forte e autoritário a organização da sociedade, suprimindo seus conflitos e dando forma e diferenciação funcional aos grupos e classes sociais numa nação coesa (Pécaut, 1990, p. 46; Lamounier, 1990, p. 363).

Em primeiro lugar, deve-se notar a constante afirmação do papel civilizador do IBGE. H.E. de Alvim Pessoa, Diretor da Divisão de Coordenação e Publicidade do Serviço Nacional de Recenseamento, contrapondo-se aqueles que consideram que a organização das pesquisas censitárias levadas a cabo pelo Instituto deveriam “ser reduzidas ao mínimo de quesitos” por conta “do nível inferior de cultura da grande maioria dos virtuais informantes” e que “o Brasil é um país estacionário no qual se mantem hermeticamente fechados às influências da civilização não só a massa populacional como as elites incumbidas de a dirigir” (Pessoa, 1943, p. 445), considera que os levantamentos estatísticos realizados através da distribuição de questionários são parte de “uma campanha de educação que deverá ter produzido algum

fruto". Esses resultados estariam de acordo com a "tendência universal que leva todas as nações a concorrerem aos benefícios da civilização" (Pessoa, 1943, p. 447). Mas a principal atuação do IBGE em favor da civilização da sociedade brasileira viria com o auxílio prestado à elaboração da ação estatal: na "nau do Estado" os "estatísticos" alertam sobre "os incidentes da rota, os sinais de tempestade ou de bonança (...) como "esclarecedores que cada povo leva à sua frente nas caminhadas da civilização e do progresso" (Freitas, 1947, p. 920).

Segundo Needell (1999, p.11), diferentemente de momentos anteriores, em que as elites burocráticas brasileiras tomaram para si a tarefa de civilizar o povo brasileiro, percebido como "atrasado" ou "inferior" (sobre esse ponto, ver também Loveman, 2007), as elites burocráticas do governo Vargas estavam empenhadas em "nacionalizar a nação" incorporando a história e a cultura popular como forma de vincular estado e nação. No entanto, o que se nota entre essas elites burocráticas de forte capital escolar (ou entre esses membros das elites com credenciais escolares para participar de uma fraca institucionalização das ciências) é tanto a persistência de uma crença no progresso e na civilização da nação como um "projeto intelectual" de servir ao estado através da produção de conhecimento voltado à intervenção estatal. M.A. Teixeira de Freitas, secretário-geral do IBGE, e um de seus artífices, considera que

[d]o grau de precisão, minúcia e atualidade desse conhecimento, das pesquisas que o Instituto realizar sobre a massa demográfica brasileira, no conjunto dos aspectos de estrutura e dinamismo que o seu estudo deve considerar, bem como sobre o âmbito territorial que lhe constitui (...) dependerá, pois, fundamentalmente, a organicidade e racionalidade dos esforços que visam construir, defender e elevar o Brasil. (Freitas, 1940, p. 101).

Essa vocação para a produção de um conhecimento voltado à prática estatal fica bem clara ao se contemplar os temas da Revista Brasileira de Geografia: possibilidades de extração de petróleo ou de outras explorações econômicas, qualidade dos solos das regiões, infraestrutura de transportes, urbanismo, dentre outros. Nesses textos, sobressaem-se as análises sobre as possibilidades das populações das regiões descritas adaptarem-se às iniciativas ou projetos em pauta. Como considera Heitor Bracet, presidente interino do IBGE, no Prefácio ao trabalho do geógrafo e economista Jorge Zarur, Secretário-Assistente do Conselho Nacional de Geografia, a respeito do que posteriormente viria ser conhecido no Brasil como "análise regional", em estudo feito pelo Conselho Nacional de Geografia e pelo Gabinete Coordenador dos Negócios Internacionais:

O planejamento de áreas, a cargo de “analistas regionais” como ponto para se fixar uma orientação segura às iniciativas destinadas à desenvolver-lhes as possibilidades e dotá-las de recursos técnicos mais eficientes e consoantes ao progresso material da civilização, tornou-se uma operação indispensável e amplamente aplicada nos países mais civilizados do mundo. Não se compreende mais, hoje, num país que deseja aproveitar e desenvolver as potencialidades contidas na sua base territorial, uma indiferença (...) pelo arrolamento sistemático de todos os seus recursos disponíveis e dos meios de integrá-los ao serviço do bem estar econômico e social do seu povo (Bracet, 1947, p. VII).

As expedições científicas para os interiores e regiões limítrofes de diferentes estados na primeira metade da década de 40 também são exemplares (ver Penha, 1993) da produção de conhecimento em nome das necessidades estratégicas do estado nacional — no caso, “divulgar a imagem da Pátria” e “orientar o poder público na expansão da civilização à Oeste do país” (Penha, 1993, p. 96-7). Como conclama Gilberto Freyre em texto publicado na Revista Brasileira de Estatística, haveria a “necessidade de consciência estatística nos homens de nossa geração” para o “abrasileiramento do Brasil”, e de “humanização e socialização de terras brutas e ásperas” (Freyre, 1942).

Como se vê, é todo um espaço de atuação para estatísticos, geógrafos, engenheiros, sociólogos, antropólogos e posteriormente economistas que se estrutura com o IBGE (conforme Miceli, 2001, p. 214-215). Diante de uma fraca institucionalização das disciplinas — o IBGE representa um mercado de trabalho, com suas oportunidades de pesquisa e publicação, recompensas financeiras e reconhecimento social, não exatamente *inter-pares*, mas principalmente das *lideranças nacionais*.

Segundo Daniel Pécaut (1990) os intelectuais que atuaram durante o período do Estado Novo identificavam-se com o estado como produtor e condutor da Nação — era essa também a visão que tinham de sua “missão”. Os analistas técnicos e dirigentes do IBGE parecem um caso extremo do que se poderia qualificar de identificação entre intelectualidade e estado. Para isso contribui uma visão positivista da realidade como objetiva e cognoscível *per se* — e o conhecimento geográfico-descritivo e também o estatístico-descritivo derivam para a descrição das “realidades sociais” — e de um conhecimento a serviço do planejamento da ação estatal que corrija os problemas sociais e dê forma à nação. Essa concepção do conhecimento está bastante clara no discurso proferido por M.A. Teixeira de Freitas sobre o papel do “estatístico”. Para ele, o mundo social existe independentemente de sua apreensão por um “sujeito” pesquisador, que “registra” ou “observa” a “realidade objetiva”, em uma “posição privilegiada de observador” (Freitas, 1947, p. 920). Nesse sentido, a produção do IBGE é parte de todo um pen-

samento que, segundo B. Lamounier (1990, p. 364-366) poderia ser definido como objetivista-tecnocrático, ou seja, que percebe a política como “opção técnica respaldada em um ato de vontade”, produção em que não faltam indicações de como o estado deve atuar junto à sociedade.

Embora as três raças e seus descendentes figurem nessa produção veiculada pelo IBGE, assim como seus traços culturais e sua história, para essa elite burocrática a população é objeto da ação tecno-política, e não um sujeito político. A nação a ser construída prescinde da vontade da população, bastando a atuação do estado respaldada no conhecimento objetivo da realidade. Nesse caso, para os consultores técnicos e diretores do Instituto, a percepção de si mesmos como dotados de conhecimentos técnicos postos a serviço da resolução dos problemas nacionais conecta-se com uma visão profundamente elitista da sociedade brasileira, o que, de resto, não apresenta ruptura com o pensamento das elites burocráticas nacionais precedentes (ver Loveman, 1999; 2007). Ao contrário, toda a valorização da cultura nacional, das raças redefinidas como cores e de sua miscigenação mantém uma visão biologizada do povo, como estando do lado da natureza, personagem passivo e a-político a quem o estado deveria conhecer e organizar. Ao mesmo tempo, impõe-se uma visão de elite dirigente e condutora do estado, que se confunde com a própria visão que estes homens tem de sua atuação.

Em discurso proferido diante de Getúlio Vargas, M.A. Teixeira de Freitas, secretário-geral do IBGE, apresentou soluções a “importantes problemas nacionais, revelados em sua significação mais profunda pelos resultados de nossos levantamentos estatísticos”. Esses problemas seriam “o reajustamento da redivisão territorial”, “a intensificação de nosso imperialismo interno, de modo a organizar-se a vida interior do país”, a “revitalização do quadro municipal brasileiro” e mais importante, o problema do “reajustamento ao trabalho dos elementos inúteis de nossa comunidade social” (Freitas, 1941p. 277). Nesse pronunciamento Freitas trabalha com a própria “organização nacional”, tema bastante corrente na produção intelectual do período (Pécaut, 1990; Lamounier, 1990), propondo que sejam organizadas “companhias de trabalho” para o povoamento do interior do país, a ser redividido e reestruturado administrativamente. Essas “companhias de trabalho” seriam “formadas compulsoriamente” por “todos os jovens da população regional em idade de serviço militar”, “todos os homens válidos da região que não tiverem ocupação suficientemente remuneradora”, e ainda de

todos os homens válidos que o Departamento Nacional do Povoamento, com o auxílio das polícias locais, arrolar em qualquer parte do território nacional, como desempregados, ou ocupados em profissões excusas ou anti-sociais, ou reincidentes em contravenções, ou egressos de estabelecimentos peni-

tenciários e ainda não reintegrados na sociedade (Freitas, 1941, p. 281).

Essa espécie de *lumpen* social e moral estaria integrado em famílias, e receberia assistência médica, formação militar, educação “nas primeiras letras” e também cívica, além de formação profissional e social, em um projeto indissociavelmente formativo e “saneador”. Nesse pronunciamento estão bastante claros a concepção da sociedade através da metáfora orgânica e de estado como ao mesmo tempo dando forma e saúde a esse corpo. Nesse caso, uma população sem forma, fora da sociedade e da civilização recebe compulsoriamente os meios de uma participação na sociedade que é estritamente definida “de cima para baixo”.

5 Considerações finais

É possível considerar que o IBGE tem um papel primordial na apresentação e difusão de uma imagem de país miscigenado. No entanto, essa imagem está fortemente vinculada com a valorização do “branqueamento”, própria às elites brasileiras. Mesmo reconhecendo a participação de “pretos”, “pardos”, “caboclos”, “índios”, “mamelucos”, “mulatos” na composição da sociedade e da nação brasileiras, estes estão sob o domínio cultural e, por que não dizer, sanguíneo dos “brancos”. Essa concepção é ratificada pela política de coleta de informações censitárias, que abre a possibilidade de uma autodeclaração não relacionada à origem étnico-racial, mas apenas à “cor da tez”.

Para além disso, o IBGE contribui para a difusão de uma visão de nação como racialmente formada, ao mesmo tempo que a miscigenação nega as hierarquias sociais. Assim, a “democracia brasileira” tem uma origem biológica, está assentada na natureza do povo brasileiro, ao mesmo tempo incapaz, por seus traços psicológicos inatos, de construir um sistema político democrático racionalmente fundado. É essa visão de povo que justifica a atuação do Estado para constituir e organizar a sociedade autoritariamente.

Para os engajados no IBGE como “consultores técnicos”, “assessores” e dirigentes, estava em pauta sua atuação civilizadora junto à população enquanto instituição estatal. Em segundo lugar, estava em pauta também uma visão extremamente elitista da sociedade, a qual a visão de nação biologicamente fundada servia. Finalmente, estava em jogo sua própria legitimidade enquanto parte da elite dirigente e como propositores de políticas como “tecnologias de poder”.

Referências

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. Castelos na areia: dilemas da institucionalização das Ciências Sociais no Rio de Janeiro (1930-1964). **BIB**, n. 24, 1987, p. 41-60.

ANDERSON, B. **Imagined communities**. Reflections on the origin and spread of nationalism. New York: Verso (extended ed. 2 ed.), 1991.

ANDERSON, Margo. The Missouri debates, slavery and statistics of race: demography in service of politics. **Annales de démographie historique**, n. 105, 2003, p. 23-38.

ANIVERSÁRIO de instalação do IBGE e dia do Estatístico. **Revista Brasileira de Estatística**. Rio de Janeiro: IBGE, vol. 6, n. 22, p. 291-309, abr./jun. 1945.

AZEVEDO, Fernando de. **A cultura brasileira**: introdução ao estudo da cultura no Brasil. Tomo primeiro: os fatores da cultura. Terceira edição, revista e ampliada. São Paulo: Melhoramentos, 1958.

BAILEY, S. R.; LOVEMAN, M.; MUNIZ, J. O. Measures of 'race' and the analysis of racial inequality in Brazil. **Social Science Research**, Orlando, vol. 42, n. 1, 2013, p. 106-119.

BAILEY, S. R.; PERIA, M. Racial quotas and the culture war in Brazilian academia. **Sociology Compass**, Malden, vol. 4, n. 8, 2010, p. 592-604.

BAILEY, S. R.; TELLES, E. E. **From ambiguity to affirmation: challenging Census Race categories in Brazil**. 2002. Disponível em: <http://www.sscnet.ucla.edu/soc/faculty/telles/Paper_AffirmationandAmbiguity.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2012].

BLAKE, Stanley E. The medicalization of *nordestinos*: public health and regional identity in northeastern Brazil, 1889-1930. **The Americas**, vol. 60, n. 2, october, 2003, p. 217-248.

BORGES, Dain. "Inchado, feio, preguiçoso e inerte": A degeneração no pensamento social brasileiro, 1880-1940. **Teoria e Pesquisa**, n. 47, jul./dez., 2005, p. 43-70.

BORGES, Dain. The recognition of Afro-Brazilian Symbols and ideas 1890-1940. **Luso-Brazilian Review**, vol. 32, n.2, 1995, p. 59-78.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. Rio de Janeiro: Perspectiva, 1992.

BOURDIEU, Pierre. Esprits d'état: genèse et structure du champ bureaucratique. In Bourdieu, Pierre. **Raisons pratiques: sur la théorie de l'action**. Paris: Seuil, 1994, p. 99-145.

BRACET, Heitor. Prefácio ao estudo de ZARUR, Jorge. **A bacia do Médio São Francisco: uma análise regional**. Rio de Janeiro: IBGE, 1947, 187 p.

CAMARGO, A. de P. R. Classificações raciais e formação do campo estatístico no Brasil (1872-1940). In SENRA, N.de C.; CAMARGO, A. de P. R. (Org.). **Estatísticas nas Américas: por uma agenda de estudos históricos comparados**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010, pp.229-263.

CAMARGO, Alexandre de Paiva Rio. Aquarela dos números: a questão racial nos censos em perspectiva histórica. In: SENRA, Nelson de Castro. **História das estatísticas brasileiras**. Rio de Janeiro: IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações. Volume 3: estatísticas organizadas (1936-1972), 2008, p. 331-370.

CAUELFIELD, Sueann. **Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2000, 393 p.

CHARLE, Christophe. Intellectuals, *Bildungsbürgertum* et professions au XIXème siècle [Essai de bilan historiographique comparé (France Allemagne)]. **Actes de la recherche en sciences sociales**. Vol. 106-107, 1995, p. 85-95. Disponível em: <http://www.persee.fr/doc/arss_0335-5322_1995_num_106_1_3138>. Acesso em 04 dez. 2017.

COSTA, Tereza C.N.A. O princípio classificatório 'cor', sua complexidade e implicações para um estudo censitário. **Revista Brasileira de Geografia**, vol. 36, n. 3, 1974, p. 91-103.

CRULS, Gastão. Impressões de uma visita a companhia Ford industrial do Brasil (estado do Para). **Revista Brasileira de Geografia**, vol. 1, n. 4, 1939, p. 3-25.

DEFFONTAINES, P. Geografia humana do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, vol. 1, n. 2, 1939, p. 20-56.

FIGUEIREDO, Áureo Pinto de. Estudos sobre a criminalidade no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, Conselho Nacional de Estatística, Laboratório de Estatística, s.d. [1952-1959], 46 p.

FREITAS, M.A.T. de. O Exército e a educação nacional. **Revista Brasileira de Estatística**, vol. 8, n. 32, 1947, p. 920-937.

FREITAS, M.A.T. de. O IBGE e a segurança nacional. **Revista Brasileira de Estatística**, vol. 1, n. 1, 1940, p. 100-103.

FREITAS, M.A.T. de. Problemas de organização nacional: projeto de diretivas para a criação dos territórios militares federais nas zonas despovoadas e ainda não organizadas do Brasil. **Revista Brasileira de Estatística**, vol. 2, n. 6, 1941, p. 277-282.

FREYRE, Gilberto. **Interpretação do Brasil**: aspectos da formação social brasileira como processo de amalgamento de raças e culturas. São Paulo: Cia. Das Letras, 2001.

FREYRE, Gilberto. Sociologia e estatística. **Revista Brasileira de Estatística**, vol. 3, n. 11, 1942, p. 417-422.

GABINETE TÉCNICO DO SERVIÇO NACIONAL DE RECENSEAMENTO. A mortalidade infantil, segundo a cor, no Distrito Federal. **Boletim Estatístico**, IBGE, vol. 3, n. 11, jul.-set., 1945, p. 25-26.

HARRIS, Marvin. Racial identity in Brazil. **Luso-Brazilian Review**, vol. 1, n. 2, 1964, p. 21-28.

IBGE. *Estudos sobre a composição da população do Brasil segundo a cor*. Rio de Janeiro: IBGE, 1950, 153 p.

IBGE. **Estudos sobre a fecundidade e a prolicidade da mulher no Brasil, no conjunto da população e nos diversos grupos de cor**. Rio de Janeiro: IBGE, 1949, 86 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Características étnico-raciais da população**: um estudo das categorias de classificação de cor ou raça 2008. Rio de Janeiro: IBGE, 2011, 99 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **ABC do recenseamento**: 1960. Rio de Janeiro: IBGE, 1960, 32 p..

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **O quesito cor no Censo de 1970**. Rio de Janeiro: IBGE, 1970, 26 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Recenseamento Geral do Brasil [1 de setembro de 1940]: **Censo Demográfico** - População e Habitação. Rio de Janeiro: IBGE, 1950.

LAMOUNIER, Bolívar. Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República: uma interpretação. In Fauto, Boris (dir.). **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo III – O Brasil Republicano, 2. Vol. Sociedade e Instituições (1899-1930). 4. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, p. 343-374.

LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitarista da Primeira República. In Maio, Marcos Chor, Santos, Ricardo Ventura (orgs.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996, p. 23-40.

LOVEMAN, M. Making 'race' and nation in the United States, South Africa, and Brazil: taking making seriously. **Theory and Society**, vol. 28, n. 6, 1999, p. 903-927.

LOVEMAN, M. The race to progress: Census taking and nation making in Brazil (1870-1920). **Hispanic American Historical Review**, vol. 89, n. 3, 2009, p. 435-470.

LOVEMAN, M.; MUNIZ, J. O.; BAILEY, S. R.. Brazil in black and white? Race categories, the census and the study of inequality. **Ethnic and racial studies**, vol. 35, n. 8. 2011. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/01419870.2011.607503>>. Acesso em: 09 dez. 2012.

LOVEMAN, Mara. Blinded like a state: the revolt against civil registration in nineteenth century Brazil. **Comparative Studies in Society and History**, vol. 49, n. 1, 2007, p. 5-39.

LOVEMAN, Mara. **National colors**: racial classification and the state in Latin America. New York: Oxford University Press, 2014, 377 p.

MADEIRA, João Lyra. Alguns problemas demográficos atuais. **Revista Brasileira de Estatística**, vol. 5, n. 19, 1944, p. 368-380.

MARTÍNEZ-ECHAZÁBAL, Lourdes. O culturalismo dos anos 30 no Brasil e na América Latina: deslocamento retórico ou mudança conceitual? In Maio, Marcos Chor (org.) (1996). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996, p. 107-124.

MARX, A. W. **Making Race and Nation**: A comparison of South Africa, The United States, and Brazil. Cambridge: Cambridge University Press, 1998, 390 p.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, 436 p.

MUNIZ, J. O. Preto no Branco? Mensuração, relevância e concordância classificatória no país da incerteza racial. **Dados: Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 55, n. 1, 2012, p. 251-282.

NEEDELL, Jeffrey D. History, race and the state in the thought of Oliveira Vianna. **Hispanic American Historical Review**, vol. 75, n. 1, 1995, p. 1-30.

NEEDELL, Jeffrey D. The domestic civilizing mission: the cultural role of the state in Brazil, 1808-1930. **Luso-Brazilian Review**, vol. 36, n. 1, 1999, p. 1-18.

NOBLES, Melissa. History Counts: a comparative analysis of racial/color categorization in US and Brazilian Censuses. **American Journal of Public Health**, vol. 90, n. 11, 2000, p. 1738-1744.

OLIVEIRA, J. S. “**Brasil mostra a tua cara**”: imagens da população brasileira nos Censos Demográficos de 1872 a 2000. Rio de Janeiro: ENCE; IBGE, 2003. (Texto para Discussão – Escola Nacional de Estatística, n. 6).

OSÓRIO, R. G. O sistema classificatório de “cor ou raça” do IBGE. In Joaze Bernardino e Daniela Galdino (orgs.). **Levando a raça a sério: ação afirmativa e universidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004, p. 85-135.

PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação**. São Paulo: Ática, 1990, 335 p.

PESSOA, H.E. Alvim. A compreensão e a profundidade dos inquéritos censitários. **Revista Brasileira de Estatística**, vol. 4, n. 15, 1943, p. 445-458.

RODRIGUES, Milton da Silva. A formação do estatístico. *Revista Brasileira de Estatística*. Rio de Janeiro: IBGE, vol. 7, n. 26, p. 245-254, abr./jun. 1946.

ROSEMBERG, Fúlvia. O branco no IBGE continua branco na ação afirmativa? **Estudos Avançados**, vol. 18, n. 50, 2004, p. 61-66.

SCHWARCZ, Lilia M. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, 373 p.

SCHWARTZMANN, S. Fora de foco: diversidades e identidades étnicas no Brasil. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 55, 1999, p. 83-96.

SENRA, Nelson de Castro. **História das estatísticas brasileiras**. Vol. 3. Rio de Janeiro: IBGE, 2006, 950 p.

SENRA, Nelson de Castro. Síntese da “história das estatísticas brasileiras: 1822-2002”, feita no IBGE, com sugestões de pesquisas. IN: In SENRA, N.de C.; CAMARGO, A. de P. R. (Org.). **Estatísticas nas Américas**: por uma agenda de estudos históricos comparados. Rio de Janeiro: IBGE, 2010, p. 213-227.

SKIDMORE, T. E. **Preto no Branco**: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, 332 p.

STEPAN, Nancy L. **The hour of eugenics**: race, gender and nation in Latin America. New York: Cornell University Press, 1991, 210 p.

WEBER, M. **Economia y sociedad**: esboço de sociologia compreensiva. México: Fondo de Cultura Económica, 1996, 1237 p.

WOOD, C. E.; CARVALHO, J. A. M. de; HORTA, C. J. G. The color of child mortality in Brazil, 1950-2000: social progress and persistent racial inequality. **Latin American Research Review**, vol. 45, n. 2, 2010, p. 114-139.

ZWART, Frank de. The dilemma of recognition: administrative categories and cultural diversity. **Theory and Society**, n. 34, 2005, p. 137-169.